

› “Segurança e Protecção Ambiental” foi tema de colóquio, no Cadaval - Município do Cadaval ‹

Detalhe da Notícia

Prevenção é a palavra de ordem

“Segurança e Protecção Ambiental” foi tema de colóquio, no Cadaval

*Alertar a população e as empresas para a necessidade de prevenção de riscos foi o objectivo cimeiro da Câmara Municipal do Cadaval ao promover, em parceria com a empresa **bull insurance**, a sessão de reflexão “Segurança e Protecção Ambiental”, a 16 de Julho último, no auditório municipal.*



Após a sessão de abertura, que coube a Aristides Sécio, presidente da Câmara Municipal do Cadaval, decorreu o primeiro painel da sessão, sobre “Turismo Sustentável e Geoturismo”, que teve como orador Filipe Duarte Santos, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

De acordo com o docente, o Turismo é uma fonte de receitas importante para o país e que, por isso, importa desenvolver e aumentar em termos de qualidade de oferta. Defende, no entanto, a prática de um Turismo Sustentável, assegurando, deste modo, «um impacto reduzido sobre o ambiente e a cultura, e contribuindo para o emprego a nível local.» Isto porque, no plano ambiental, «estamos a utilizar mais recursos do que aqueles que o planeta tem capacidade de regenerar».



O Geoturismo, centrado em características geográficas específicas, e o Ecoturismo, mais dirigido para as questões da preservação da natureza, podem ser vias para contribuir para a sustentabilidade dos territórios.

No que toca aos impactos climáticos no Turismo, Filipe Santos revela que «Haverá um deslocamento do fluxo turístico do Verão para a Primavera, e é preciso que o sector turístico se adapte a este tipo de situação.»

Seguidamente, foi a vez do Cor. Henrique Brandão, da Cruz Vermelha Portuguesa, se debruçar sobre “Ameaças de origem natural e antropológica; vulnerabilidades”.

Para o palestrante, é urgente retirar o “factor surpresa” à nossa vida, equacionando os diferentes tipos de ameaça a que se está sujeito. Isto porque, como afirma, «os desastres naturais e técnicos têm vindo sucessivamente a aumentar, assim como o número de pessoas afectadas».

Categorias:

» **Todas**
» **Visitas & Cerimónias**
Oficiais

» **Cultura & Festividades**
» **Acção Social & Saúde**
» **Educação**
» **Turismo**
» **Ambiente & Prot. Civil**
» **Desporto & Tempos**

Livres

» **Associações, Escolas e Instituições**
» **Juntas de Freguesia**
» **Economia**
» **Obras & Trânsito**
» **Juventude**
» **Colóquios e Acções**
» **Município**
» **Novas Tecnologias**
» **Património Histórico**
» **Certames &**

Exposições

» **Cidadania**
» **Modernização**
Administrativa



Durante a análise aos vários tipos de ameaças, Henrique Brandão apontou como catástrofes mais letais as fomes, as inundações e as secas, considerando importante precavermo-nos para as mesmas. Fenómenos como tsunamis, sismos ou ciclones, não obstante serem «espectaculares», não são, segundo ele, os que serão mais letais.

Para cada ameaça há formas específicas de reagir, seja através de acções de mitigação seja através de acções de adaptação, mas para tal é essencial conhecer os factores determinantes de vulnerabilidades.

Pedro Ribeiro e Silva, Administrador da Mapfre Seguros e também advogado, abordou o tema “Responsabilidade ambiental: novo regime jurídico”.

A Responsabilidade Ambiental trata-se de uma directiva comunitária de 2004 que instituiu o “princípio do poluidor-pagador”, que obriga a quem causa um dano ambiental ter de tomar medidas preventivas, medidas de reparação ou, no limite, medidas compensatórias para tornar menos gravoso o dano ambiental que causou.

Nesse sentido, e com base na interpretação da legislação portuguesa, existem dois tipos de garantias financeiras obrigatórias, que são, por um lado, as apólices de seguro e, por outro, as garantias bancárias.



Mas o grande problema, segundo Ribeiro e Silva, é que «em Portugal não existe uma cartografia do risco ambiental», quando o fundamental é avaliar o risco.

Antes mesmo de ter a garantia financeira – seja o seguro, seja a garantia bancária – o mais importante, defende, é ter uma «consciência ambiental», isto

é, qualquer operador abrangido por este diploma deverá saber que tipo de danos ambientais enfrenta na sua actividade, «não dando de barato que um mero seguro resolve o problema». E, depois, saber as responsabilidades que tais garantias financeiras obrigatórias podem ou não garantir. «É caro», reconhece, «e por isso desmotivador, daí que o Estado devesse ter um papel intervencionista na elaboração deste tipo de estudos.»

O último painel foi dedicado aos “Custos das diferentes catástrofes e capacidade de resiliência” e interveio António Manuel Horta Salvo, presidente da “**bull insurance**” – empresa que se dedica à gestão de riscos e distribuição de seguros.

Tendo a indústria seguradora merecido o enfoque da sua intervenção, Horta Salvo começou por elencar, estatisticamente, os grandes sinistros mundiais, nomeadamente catástrofes naturais e provocadas pelo homem, no que toca à quantidade de mortos e valores de indemnizações.

De seguida, o responsável da “**bull insurance**” abordou o tema da resiliência, ou seja, «a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido por experiências de adversidade», como explicou. Na óptica empresarial, refere que «as empresas enfrentam, hoje, muitos riscos no complexo mundo dos negócios e estes riscos devem ser mitigados adoptando uma estratégia de resiliência».



Assim, gestores, empresas e organizações deverão adoptar uma atitude de prevenção, sendo a análise de risco muito importante. «Um gestor que não faça uma análise de risco à sua actividade não sabe o que tem, podendo originar perda de lucros, perda de produtividade, mais acidentes de trabalho, perda de reputação e de imagem, sujeição a multas e sanções, clientes e colaboradores insatisfeitos.»

A análise de risco, a prevenção, a formação e a adaptação às novas tecnologias (substituição de equipamentos obsoletos) são, por isso, essenciais.

Por outro lado, ao gestor de seguros caberá o dever de elaborar um relatório de análise de risco, propor um plano de seguros adequado à organização, fornecer regularmente índices de sinistralidade e verificar as causas dos acidentes propondo medidas de correcção.

06-08-2010

Fonte: GIRP/CMC

[« Voltar](#)